



Agentes do setor da educação concordam que um 2.º ciclo dos 7.º ao 12.º anos traz vantagens

## Professores, diretores e pais pedem fim do atual 2.º ciclo

**Consolidar.** A ideia de criar um 1.º ciclo mais longo, até ao 6.º ano, reúne consenso de vários setores e cores políticas. Mas exige tempo

PEDRO SOUSA TAVARES

Introduzido em 1973 pelo ministro Veiga Simão – numa das reformas educativas mais importantes da história de Portugal – o 2.º ciclo de escolaridade (na altura chamava-se ciclo preparatório) pode ter deixado de fazer sentido. É esta a convicção de pais, professores, diretores escolares e de ex-ministros, como David Justino (*ver entrevista*), que concordam ter chegado a altura de repensar a forma como se organizam os 12 anos que constituem a escolaridade obrigatória.

O chamado modelo de 6+6, criando um 1.º ciclo alargado até ao 6.º ano e um novo 2.º ciclo, do atual 7.º ao 12.º ano, estará em discussão neste sábado na quarta Convenção Nacional da Federação Nacional de Educação (FNE), Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap) e Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (AN-DAEP). E o objetivo assumido por todos é fazer sair do encontro uma proposta que possa ser analisada não só pela atual equipa do Ministério da Educação como por toda a sociedade e partidos.

“Isto poderá trazer vantagens para o processo de ensino e aprendizagem, não é uma ideia peregrina nossa.” Há países onde as coisas já são assim”, diz ao DN Filinto Lima, da ANDAEP, admitindo que este é um tema que obriga a um

“consenso alargado” para poder ser passado à prática. “É um assunto muito sério, mexe com a estrutura, os alicerces da educação”, diz.

Uma das possíveis vantagens, admite, é a redução do impacto negativo que, dizem as estatísticas, muitos alunos sentem quando passam para o 5.º ano. “Não só em termos de insucesso. Mesmo em termos disciplinares, é no 5.º ano que há maior incidência de problemas, ao contrário do que sucede nos anos seguintes”, explica. “Hoje temos um 2.º ciclo, um 5.º e 6.º anos, perdido entre o 1.º ciclo e o 3.º ciclo.

Educadores dizem que formação de base mais longa pode melhorar as aprendizagens

E os próprios professores reconhecem isso”, diz.

“Neste momento faz todo o sentido repensar o 2.º ciclo”, subscreeve Jorge Ascensão, da Confap. “Na altura, foi criado para alargar a escolaridade obrigatória até ao 6.º ano mas hoje, para dar maior coerência entre percursos curriculares, faria sentido rever a organização dos ciclos.” Fazê-lo implica rever a Lei de bases do Sistema Educativo. E o representante das associações de pais acredita que esta é uma boa altura para se dar esse passo: “Pelo

menos a junção do 2.º ciclo com o 1.º ciclo talvez fosse viável”, defende. É preciso mais, avisa: “Rever todo o programa curricular, ainda que se dê um passo de cada vez.”

João Dias da Silva, da FNE, lembra que “há muito tempo” que as formações de professores “são articuladas de 1.º e 2.º ciclo”, pelo que não seria necessária uma revolução nos cursos de educação para implementar o modelo: “Seriam necessárias adaptações, um período de transição, tendo em conta que houve professores que fizeram opção mais pelo 1.º ciclo e outros que optaram mais pelo 2.º ciclo.”

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) não participa da convenção. Mas também não afasta a ideia de alimentar esta discussão: “Pensamos que se calhar tem sentido, num quadro global de reflexão sobre o sistema, os currículos. Temos um sistema que já está organizado desta forma há quase meio século”, lembra Mário Nogueira. “Não é por ser há muito tempo que está mal. Mas há realidades presentes noutros países que não são essas. O facto de o 1.º ciclo ser de apenas quatro anos, numa fase em que os alunos têm ritmos de aprendizagem ainda muito distintos, pode ser um obstáculo a que todos atinjam os objetivos”, diz, avisando no entanto que os progressos passam sobretudo por aspetos como “ter mais apoios para alunos com dificuldades de aprendizagem”.

### ENTREVISTA: DAVID JUSTINO

Ex-ministro e atual presidente do Conselho Nacional de Educação



“É uma espécie de enxerto, sem identidade própria”

A possibilidade de rever o modelo de ciclos, por exemplo avançando para a solução de 6+6 anos, também está a ser discutida pelo Conselho Nacional de Educação?

Ainda não foi discutida em plenário no Conselho, mas ainda ano último seminário que fizemos, no Porto, o tema foi abordado por dois conferencistas: o professor Júlio Pedrosa [ex-ministro da Educação] e o Sérgio Niza, do Movimento Escola da Moderna. Defenderam a integração [de ciclos] e foram muito assertivos. A ideia é considerar a chamada educação de infância, três anos de creche mais três anos de jardim-de-infância, e depois mais seis anos para o que chamam o ensino primário, englobando até ao 6.º ano. Eu também defendo isso.

E em relação aos professores? Atualmente o 1.º ciclo é em regime de monodocência, com um professor titular de turma, enquanto o 2.º ciclo já se aproxima da lógica dos ciclos seguintes...

Uma possibilidade é ter os primeiros três anos de monodocência pura e nos segundos três anos de monodocência coadjuvada [com outros professores mas mantendo o titular de turma]. Estou também inclinado para o 3+3.

Uma das críticas frequentes à atual estrutura do 2.º ciclo é que nem dá continuidade ao 1.º nem prepara bem os alunos para os seguintes...

Sim, porque no 2.º ciclo o problema que se põe é um problema que já vem desde o Veiga Simão, do ciclo preparatório. Foi um ciclo criado para reforçar a escolaridade de seis anos, adotada em 1964, e depois nunca se resolveu. O 2.º ciclo é uma espécie de enxerto, sem identidade própria, entre o ensino generalista, integrado, e o ensino especializado, a organização do currículo em disciplinas. Isso só se deve fazer a partir da adolescência, 11, 12 anos. Mas em escolas EB 2,3 [básicas dos 2.º e 3.º ciclos], fazemo-nos funcionar sob a forma de disciplinas. Há uma contaminação do 3.º ciclo sobre o 2.º.